

Análise Estratégica das Demonstrações Financeiras Para Diagnóstico com base no uso dos Métodos de Índices Financeiros de uma Empresa do setor de Varejo da Cidade do Natal-RN.

Josinaldo Francisco de Souza*
Jesus Leodaly Salazar Aramayo**

Resumo

As empresas atuais apresentam diferentes registros e relatórios de suas atividades financeiras, mas esses relatórios não sintetizam a veracidade financeira das empresas, dessa forma seguem caminhos adversos aos que fora planejado inicialmente. As análises das demonstrações financeiras contêm importantes informações financeiras de uma empresa que podem direcionar os administradores e empresários na tomada de decisão. O presente artigo tem como foco principal, apresentar um modelo de estudo e análise de índices de Liquidez, Rentabilidade e Estrutura Financeira, Capital de Giro, Necessidade de Capital de Giro e Saldo de Tesouraria. Com esse objetivo desenvolveu-se uma metodologia de estudo e análise através da revisão teórica sobre o tema, com base em livros e artigos. Utilizou-se para aplicação desta metodologia uma empresa que tem como segmento principal varejo, distribuição e serviços de telefonia.

Palavra Chave: Capital de Giro. Rentabilidade. Endividamento

Summary

The current companies present different registrations and reports of your financial activities, but those reports don't synthesize the financial truthfulness of the companies, in that way they follow adverse roads to the that it had been drifted initially. The analyses of the financial demonstrations contain important financial information of a company that can address the administrators and entrepreneurs in the electric outlet of decision. The present article has as main focus, to present a study model and analysis of indexes of Liquidity, Profitability and it Structures Financial, working capital, working capital Need and Balance of Treasury. With that objective he/she grew a study methodology and analysis through the theoretical revision on the theme, with base in books and goods. It was used for application of this methodology a company that has as segment main retail, distribution and telephony services.

Key word: Working capital. Profitability. Endividamento

*Discente do Curso de Pós-Graduação em Administração Financeira da Faculdade Natalense do Rio Grande do Norte - FARN. E-MAIL: josinaldok@hotmail.com

**Docente orientador da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte - FARN

1. INTRODUÇÃO

A análise das demonstrações financeiras é uma técnica contábil que consiste na decomposição, comparação e interpretação das demonstrações contábeis. Representa, portanto, um caminho para o sucesso das finanças de uma empresa, uma vez que, para muitos empresários, a informação de quanto rende seu negócio em um determinado período não é conhecida. Pois, esses empresários precisam dessas análises e informações, pois toda empresa tem seus pontos fortes e pontos fracos, portanto esses pontos não podem estar ocultos.

A busca por meios que interpretem, avaliem e direcionem o desempenho empresarial sob o aspecto gerencial tem se tornado uma necessidade cada vez mais emergente, diante da maximização do volume de negócios, circulação e distribuição de bens e serviços e a concorrência interna e externa, com o objetivo de obter informações úteis ao processo de gestão e tomada de decisão. Dessa forma, é necessário uma análise e estudo financeiro profundo que permita avaliar a eficiência, os riscos e oportunidades no seu negócio, uma vez que as análises das demonstrações financeiras comunicam importantes fatos de uma empresa.

O estudo e análise dessa empresa serão feito através dos índices de Liquidez, Rentabilidade e Estrutura Financeira, Capital de Giro, Necessidade do Capital de Giro e Saldo de Tesouraria. Os índices constituem a técnica de análise mais empregada, sua característica fundamental é fornecer uma visão ampla da situação econômica ou financeira da empresa e da economia.

De acordo com Assaf Neto (2009, p. 224) “os indicadores de liquidez visam medir a capacidade de pagamento (folga financeira) de uma empresa, ou seja, sua habilidade em cumprir corretamente as obrigações passivas assumidas”.

Brom (2007 p. 57) diz ainda que, a gestão do Capital de Giro é de fundamental importância, pois o caixa reflete o que ocorre na organização, por exemplo, sua capacidade de pagar obrigações em dia e de gerar retorno aos acionistas. Essas afirmativas denotam um valor intrínseco para as empresas no sentido de se ter um bom desempenho e desenvolvimento econômico financeiro.

As Demonstrações Financeiras contêm importantes informações sobre os resultados operacionais e a posição financeira de uma empresa. Tendo em vista que estas demonstrações são amplamente padronizadas, os dados que elas contem podem ser usadas para comparações entre empresas e através do tempo. A relação

entre certos dados financeiros pode ser usada para identificar áreas onde a empresa tem sucesso e, mais importante, áreas com espaços melhorar o desempenho. Por isso, o objetivo desse Artigo é mostrar que a Análise das Demonstrações Financeiras é um importante mecanismo que os Bancos e Credores, Acionistas atuais e potenciais, gerentes e administradores em geral devem utilizar para tomar decisões fundamentais que afetam o bem estar das empresas e a saúde geral da economia.

Segundo Gitman (2004, p. 129) “a análises de índices envolve os métodos de calcular e interpretar índices financeiros para avaliar o desempenho da empresa”.

2. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Todas as intervenções que a empresa realiza convertem-se a curto ou a longo prazo, novamente em dinheiro. O disponível vê-se alimentado a curto prazo pelo ativo circulante, por meio da redução dos estoques, de recebimento de realizáveis etc.; a longo prazo, pelo ativo permanente, ao se irem depreciando seus diversos bens. Com o dinheiro assim levantado, a empresa pode ir saldando as diversas obrigações assumidas em seu passivo. Entretanto, para que tudo isso se processe normalmente, é necessário que o prazo de retorno dos financiamentos efetuados seja maior ou, pelo menos, igual ao prazo de liquidez de seus correspondentes ativos.

Os índices financeiros podem ser divididos, por uma questão de conveniência, em cinco categorias básicas: liquidez, atividade, endividamento, rentabilidade e valor de mercado. Basicamente, os índices de liquidez, atividade e endividamento medem riscos; os da rentabilidade medem retorno; os de valor de mercado capturam tanto risco como retorno. (GITMAN, 2004, p. 45)

Como regra geral os dados necessários para a realização de uma análise financeira adequada incluem a Demonstração do Resultado (DR) e Balanço Patrimonial (BP). A seguir serão mostrados os principais Índices Financeiros no que concerne ao estudo da Liquidez, Rentabilidade, Estrutura Financeira, Capital de Giro, Necessidade de Capital de Giro e Saldo de Tesouraria.

2.1 ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Os índices de liquidez possuem como fundamental preocupação revelar como está a situação da empresa, em determinado período, para fazer frente às suas obrigações. Na realidade, talvez um índice, ou seja, o de liquidez geral poderia satisfazer todo este grupo de índices. No entanto, é de suma importância para as empresas verificarem a temporalidade em que os recursos estarão disponíveis, bem como a temporalidade em que as obrigações terão de ser pagas.

A liquidez de uma empresa é medida por sua capacidade de cumprir as obrigações de curto prazo à medida que vencem. Corresponde à solvência da posição financeira geral da empresa - a facilidade com que pode pagar suas contas. Como uma liquidez baixa ou declinante é um precursor comum de dificuldades financeiras e falência, esses índices são vistos como bons indicadores de problemas de fluxo de caixa.

Para Marion (2006), os índices de liquidez são utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é, constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos. Essa capacidade de pagamento pode ser avaliada, considerando: longo prazo, curto prazo ou prazo imediato.

2.1.1 Índice de Liquidez Corrente

Segundo Gitman (2006, p. 46) “o índice de liquidez corrente, um dos índices financeiros mais freqüentemente citados, mede a capacidade da empresa de saldar suas obrigações de curto prazo. Esse índice é considerado o índice mais otimista, pois considera que todo valor que consta no ativo circulante pode ser facilmente transformado em recursos para o cumprimento das obrigações indicadas pelo passivo circulante”.

O Índice de Liquidez Corrente (ILC) é obtido com o uso da fórmula abaixo. Cumpre ressaltar, que esse índice também verificado na literatura como *current ratio*.

$$\text{ILC} = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

A interpretação simplificada desse cálculo demonstra que a cada unidade monetária presente nas obrigações da empresa, essa dispõe de determinado valor no ativo circulante para honrar seus compromissos.

Isoladamente, índices de liquidez corrente superiores a 1,0 são considerados positivos. Contudo, analisar o índice sem o uso de outros parâmetros é uma atitude desaconselhável, pois não apresenta a situação financeira da empresa como um todo.

Um ILC de 0,86 pode ser considerado deficiente para uma indústria, mas não será encarado da mesma em uma empresa de transporte coletivo. Veja que uma empresa de ônibus (transportes) não apresenta itens como duplicatas a receber (pois vende a prazo) e Estoques (pois não opera com mercadorias). Assim, está o ativo circulante “enxugado” de dois itens que normalmente engordam esse grupo na indústria e no comércio. Por outro lado a composição do passivo Circulante (PC) de uma empresa de transporte coletivo é, praticamente, a mesma de outras empresas (as obrigações comuns) (MARION, 2006, p. 86)

Além disso, deve-se ponderar sobre o ramo de atividade e as peculiaridades do negócio da empresa antes de retirar conclusões.

Para Assaf Neto (2009 p. 224) a liquidez corrente mede a relação entre o ativo circulante, ou seja, de \$ 1,00 aplicado em haveres e direitos circulantes (disponível, valores a receber e estoque, fundamentalmente), quanto a empresa deve também a prazo (duplicatas a pagar, dividendos, impostos e contribuições sociais, empréstimos a curto prazo etc...). (ASSAF NETO, 2009, p. 224)

Se o percentual do índice de liquidez corrente foi superior a 1, não pode afirma se é bom ou ruim, deve-se analisar principalmente o ramo de atividade da empresa, bem como o ciclo financeiro.

2.1.2 Índice de Liquidez Seca

De forma simplificada, a interpretação desse índice indica que para cada unidade monetária de obrigações, a empresa dispõe de determinado valor para honrar suas dívidas no curto prazo, sem precisar, entretanto, de realizar o seu estoque de matéria-prima.

O índice de liquidez seca é semelhante ao índice de liquidez corrente, exceto pelo fato de excluir o item estoque do cálculo. Em geral, o estoque é considerado o ativo circulante menos líquido de todos. A comum baixa liquidez dos estoques resulta basicamente de dois fatores: (1) muitos tipos de estoques não podem ser vendidos com facilidade porque são itens parcialmente acabados e/ ou tem finalidades específicas; (2) o produto estocado é normalmente vendido a prazo, o que significa que se transforma em conta a receber antes de ser convertido em caixa. (GITMAN, 2004, p.46)

Identifica-se o Índice de Liquidez Seca (ILS) com o uso da seguinte fórmula:

$$\text{ILS} = \text{Ativo Circulante} - \text{Estoques} / \text{Passivo Circulante}$$

Silva (1995 p. 229) ressalta que o índice de liquidez seca busca certo aprimoramento em relação ao índice de liquidez corrente, supondo, de certa forma, que os estoques são necessários à própria atividade da empresa, constituindo-se numa espécie de investimento permanente no ativo circulante. Ao mesmo tempo, exclui os valores considerados mais difíceis de serem realizados.

Este índice apresenta uma situação de liquidez mais adequada, uma vez que se elimina o estoque.

Assaf Neto (2009 pag. 224) diz ainda que é reconhecido que os estoques, apesar de serem classificados como itens circulantes (curto prazo), não apresentam normalmente liquidez compatível como o grupo patrimonial em que estão incluídos. Sua realização é, na maioria das vezes, mais demorada e difícil que a dos demais elementos que compõem o ativo circulante. (ASSAF NETO, 2009, P. 224)

2.1.3 Índice de Liquidez Geral

Segundo Silva (1995 p. 223) “o índice de liquidez geral é um indicador que subentende que, se a empresa tivesse parado suas atividades naquele momento, deveria pagar suas dívidas com seu dinheiro (disponibilidades) mais seus realizáveis”. Esse conceito revela o quanto à empresa possui em dinheiro, bens e direitos a curto prazo para saldar todas as suas dívidas. Ele ainda diz que a liquidez

geral é o oposto da imobilização do patrimônio líquido. Quando um deles cresce, o outro decresce.

O Índice de Liquidez Geral (ILG) é calculado a partir da divisão da soma dos ativos circulante (AC) e Ativo Realizável a Longo Prazo (ARLP) pela soma do Passivo Circulante (PC) com o Passivo Exigível a Longo Prazo (PELP). Sua função é indicar a liquidez da empresa no curto e longo prazo, por isso o nome Liquidez Geral. Uma observação importante é que alguns valores registrados no RLP podem ser dificilmente “realizáveis” na prática, como, por exemplo, determinados depósitos judiciais, os quais deverão ser excluídos do cálculo do ILG.

Pode-se calcular o Índice de Liquidez Geral (ILG) com, a saber:

$$\text{ILG} = \text{Ativo Circulante} + \text{ARLP} / \text{Passivo Circulante} + \text{PELP}$$

De forma simplificada, a interpretação desse dado indica que quanto maior o índice encontrado, mais elevado à segurança financeira do negócio.

2.1.4 Índice de Liquidez Imediata

Para Assaf Neto (2009 p. 224) “a liquidez imediata é determinada pela relação existente entre disponível e o passivo circulante”.

Reflete a porcentagem das dívidas de curto prazo (passivo circulante) que pode ser saldada imediatamente pela empresa, por suas disponibilidades de caixa. Evidentemente, quanto maior se apresentar esse índice, maiores serão os recursos disponíveis mantidos pela empresa.

$$\text{ILI} = \text{Disponibilidades} / \text{Passivo Circulante}$$

Este índice elimina também a necessidade do esforço de “cobrança” para honrar as obrigações. Com o desenvolvimento do mercado de crédito, esse índice passou a ter pouca relevância na maior parte das empresas. Nos dias atuais, não é aconselhável manter disponibilidade muito elevada, deixando de investir na própria atividade.

O objetivo desse cálculo é demonstrar que para cada unidade monetária de obrigações, o negócio dispõe de uma determinada quantidade para honrar as dívidas apenas com o dinheiro disponível. Cabe destacar, que esse índice é considerado o mais pessimista, pois normalmente as empresas não mantêm uma grande quantia de recursos disponíveis no seu caixa. Além disso, para que o cálculo do índice se torne mais real, a empresa pode considerar o capital disponível nas aplicações financeiras como parte de suas disponibilidades.

2.2 RENTABILIDADE

De acordo com Gitman (2004 p. 52) “existem inúmeras medições da rentabilidade. Como grupo, essas medições permitem ao analista avaliar os lucros da empresa em relação a certo nível de vendas, a certo nível de ativos ou ao volume de capital investido pelos proprietários”. Os proprietários, credores e administradores preocupam-se muito com o aumento do lucro, pois isso é visto como algo muito importante no mercado.

Para Assaf Neto (2006 p.188), “um aumento da liquidez – ou redução do risco – acarreta um decréscimo da rentabilidade, e vice-versa. Dessa forma, deve a empresa decidir o volume de seu capital circulante líquido com base em seus padrões de risco e retorno”.

2.2.1 Retorno Sobre o Capital Próprio (ROE)

Gitman (2004 p. 55) “o retorno do capital próprio (também verificado na literatura como *return on common equit* - ROE) mede o retorno obtido no investimento do capital dos acionistas ordinários da empresa”. Em geral quanto mais alto o ROE, maior a riqueza gerada para os proprietários/acionistas da empresa.

$$\text{ROE} = \text{Lucro Líquido} / \text{Patrimônio Líquido}$$

Para Assaf Neto (2009 p. 230) “este índice mensura o retorno dos recursos na empresa por seus proprietários (acionistas). Em outras palavras, para cada \$ 1,00 de recursos próprios (patrimônio líquido) investido na empresa, quanto os proprietários auferem de retorno”.

2.2.2 Retorno Sobre o Investimento (ROI ou ROA)

Gitman (2004 p. 55) “o retorno do ativo total (*retorno on total assets* – ROA), freqüentemente chamado de retorno do investimento (*retorno on investment* – ROI), mede a eficácia geral da administração de uma empresa em termos de geração de lucros com os ativos disponíveis”.

$$\text{Lucro Líquido (Resultado Líquido) + Desp. Financeiras} / \text{Total do Passivo}$$

Uma alternativa ao uso do ROA para avaliar o retorno produzido pelo total dos recursos aplicados por acionistas e credores nos negócios é a medida do Retorno sobre o Investimento (ROI). Enquanto os ativos incorporam todos os bens e direitos mantidos por uma empresa, o investimento equivale aos recursos deliberadamente levantados pela empresa e aplicados em seus negócios. (ASSAF NETO, 2009, p. 229)

A interpretação mais usual desse dado demonstra o percentual que a empresa gera de riqueza, independente da fonte de recursos.

2.2.3 Alavancagem Financeira

Segundo GITMAN (1997, p.127) “a alavancagem financeira é definida como a capacidade da empresa em usar encargos financeiros fixos para maximizar os efeitos de variações no lucro antes dos juros e imposto de renda sobre o lucro por ação”.

$$\text{Alavancagem Financeira} = \text{ROE} / \text{ROI}$$

Demonstra se a empresa esta utilizando positivamente a dívida para alavancar o negocio.

Já para KASSAI *et. al.* (2000, p. 181) “a alavancagem financeira diz respeito ao uso de recursos de terceiros para financiar as atividades da empresa”. Além disso, o autor ainda destaca que o conceito de alavancagem pode ser útil na gestão dos negócios no sentido de demonstrar “alavancar” ou aumentar a rentabilidade dos acionistas com a entrada adicional de recursos de terceiros.

2.3 ESTRUTURA FINANCEIRA (ENDIVIDAMENTO)

Estes índices retratam a situação financeira da empresa, e procuram os vários caminhos das decisões financeiras no que se refere a obtenção e aplicação dos recursos, como também saber como se encontra o grau de endividamento da empresa.

O índice de endividamento de uma empresa indica o volume de dinheiro de terceiros usado para gerar lucros. Em geral, o analista financeiro preocupa-se mais com as dívidas de longo prazo porque elas comprometem a empresa com uma série de pagamentos por muitos anos. Como é necessário saldar as obrigações com os credores antes de distribuir os lucros aos acionistas, os acionistas atuais e futuros prestam muito atenção na capacidade de pagamento da dívida da empresa. Os fornecedores de recursos financeiros se interessam pelo endividamento da empresa, e os administradores, obviamente, também devem se preocupar com ele.

Em geral, quanto mais capital de terceiros é usado por uma empresa em relação a seus ativos totais, maior sua alavancagem financeira, isto é, a ampliação do risco e do retorno introduzida pelo uso de financiamento a custo fixo, como o obtido com a emissão de títulos de dívida e ações preferenciais. Quanto mais uma empresa servir-se de dívidas a custo fixo, maiores são o risco e retorno dela esperados. (GITMAN, 2004, p. 49)

Normalmente, as instituições financeiras não estarão dispostas a conceder financiamentos para as empresas que apresentarem esta situação desfavorável. Em média, as empresas que vão à falência apresentam endividamento elevado em relação ao patrimônio líquido.

2.3.1 Independência Financeira

Demonstra percentualmente o quanto dos recursos da empresa é de capital próprio.

$$\text{Independência Financeira} = \text{Patrimônio Líquido} / \text{Passivo Total}$$

Quanto maior esse percentual, menor o capital de terceiros e maior o capital próprio.

2.3.2 Segurança Financeira

Demonstra o percentual de quanto dos recursos da empresa é de longo prazo.

$$\text{Segurança Financeira} = \text{Patrimônio Líquido} + \text{PELP} / \text{Total passivo}$$

Quanto maior, maior a quantia de dívidas e recursos a longo prazo.

2.3.3 Estrutura de Investimentos

Demonstra o percentual dos recursos da empresa que está imobilizado.

$$\text{Estrutura dos Investimentos} = \text{Ativos Permanentes} / \text{Total dos}$$

Obs.: este índice não deve em regra ser superior a 100%.

2.3.4 Estrutura de Financiamento dos Investimentos

Demonstra a forma que a empresa está aplicando seus recursos de longo prazo.

$$\text{Financiamentos dos Investimentos} = \text{PELP} + \text{PL} / \text{AP} + \text{ARLP}$$

Demonstra como a empresa está aplicando os recursos a longo prazo.

2.4 CAPITAL DE GIRO

Segundo Assaf Neto (1997 p. 15) “o capital de giro é representado pelo ativo circulante, isto é, pelas aplicações correntes, identificadas geralmente pelas disponibilidades, valores a receber e estoques”.

Com essa afirmativa entendemos que o capital de giro é o que a empresa dispõe em seus ativos para financiar suas operações diárias. E com isso o administrador financeiro precisa estar atento e preparado para que a empresa não

tenha problemas de fluxo de caixa, e assim não serem surpreendidos com a falta de capital de giro, ou seja, capital de giro negativo.

Silva (1995 p. 319) ressalta que “o estudo do capital de giro é fundamental para o administrador financeiro e para os profissionais que atuam na área financeira de modo de geral”.

Assaf Neto (1997 p. 15) diz ainda que “o administração do capital de giro diz respeito a administração das contas dos elementos de giro, ou seja, dos ativos passivos circulantes, e as inter-relações existentes entre eles”.

Além disso, Vieira (2008 p. 40) relata que “a administração do capital de giro tem como objetivo principal a manutenção do equilíbrio financeiro da empresa como forma de garantir a continuidade da atividade operacional e propiciar condições adequadas que favoreçam a sua sobrevivência e o crescimento”.

Para Fleuriet (1978, p. 18) Capital de Giro é um conceito econômico-financeiro e não uma definição legal, constituindo uma fonte de fundos permanente utilizada para financiar a necessidade de capital de giro da empresa. O Capital de Giro diminui quando a empresa realiza novos investimentos em bens do ativo permanente (aumento do ativo permanente). O Capital de Giro pode ser negativo. Neste caso, o ativo permanente é maior do que o passivo permanente, significando que a empresa financia parte do seu ativo permanente com fundos de curto prazo. Embora esta condição aumente o risco de insolvência, a empresa poderá se desenvolver, desde que sua necessidade de capital de giro seja também negativa.

Isso mostra a dinâmica do capital de giro, exigindo assim uma atenção diária dos gestores financeiros.

De acordo com Vieira (2008, p. 317) “conhecer adequadamente os fundamentos da administração do capital de giro é essencial para qualquer profissional envolvido com a gestão de empresas, seja como empregado, prestador de serviço ou consultor”.

De forma geral, o capital de giro, precisa ser bastante monitorado e acompanhado, pois ele sofre vários impactos em função dos diversos cenários econômico-financeiros ocorrem dentro de uma empresa.

Para Gitman (2004, p. 510) “os ativos circulantes, comumente chamados de capital de giro, representam a proporção do investimento total da empresa que circula, de uma forma para outra, na condução normal das operações”.

2.4.1 Necessidade de Capital de Giro

Segundo Vieira (2008, p. 78) “a necessidade de capital de giro aparece quando no ciclo financeiro as saídas operacionais ocorrem antes das entradas de caixa, ou seja, quando o ciclo financeiro é positivo”.

A necessidade de capital de giro é decorrente da defasagem entre as entradas e saídas de caixa. Quando as saídas ocorrem antes das entradas de caixa (que é o caso mais freqüente), o valor do ativo cíclico (aplicações) é superior ao valor do passivo cíclico (fontes) e a necessidade de capital de giro é positiva, representando uma aplicação operacional líquida de recursos. Quando, por outro lado, as saídas acontecem depois das entradas de caixa, o passivo cíclico (fontes) torna-se maior que o ativo cíclico (aplicações) e passa a representar uma fonte operacional líquida para a empresa. (VIEIRA, 2008, p. 79)

Segundo o mesmo raciocínio Fleuriet (1978, p. 14) diz que, quando, no ciclo financeiro, as saídas de caixa ocorrem antes das entradas de caixa, a operação da empresa cria uma necessidade de aplicação permanente de fundos, que se evidencia no balanço por uma diferença positiva entre o valor das contas cíclicas do ativo e das contas cíclicas do passivo. Denomina-se de Necessidade de Capital de Giro. O autor diz ainda que é um conceito econômico-financeiro e não uma definição legal. Refere-se ao saldo de contas cíclicas ligadas às operações da empresa. Para ele a necessidade de capital de Giro é muito sensível às modificações que ocorrem no ambiente econômico em que a empresa opera. Assim, modificações como redução de crédito de fornecedor, aumento dos estoques, etc, alteram a curto prazo a necessidade de capital de giro da empresa.

A Necessidade de Capital de Giro pode ser negativa. Neste caso, no ciclo financeiro, as saídas de caixa ocorrem depois das entradas de caixa. O passivo cíclico torna-se maior do que o ativo cíclico, constituindo-se em fonte de fundos para a empresa. A Necessidade de Capital de Giro, quando positiva, reflete uma aplicação permanente de fundos que, normalmente, deve ser financiada com os fundos permanentes utilizados pela empresa. (FLEURIET, 1978, p. 16)

Dessa forma, a redução do ciclo de caixa significa receber mais cedo e pagar mais tarde. Mas isso não é um evento simples, deve ser uma meta complicada para a administração financeira.

2.4.2 Saldo de Tesouraria

De acordo com Vieira (2008, p. 89) “o Saldo de Tesouraria apresenta forte comportamento financeiro e representa uma importante indicação da situação financeira da empresa. Dessa forma, o monitoramento contínuo de evolução de T deve ser uma das prioridades da gestão financeira da empresa”.

Denomina-se de ativo errático as contas erráticas do ativo, e de passivo errático as contas erráticas do passivo, o Saldo de Tesouraria, definem-se como a diferença entre o ativo e o passivo errático. O Saldo de Tesouraria representa um valor residual correspondente à diferença entre o capital de giro e necessidade de capital de giro.

Se o capital de giro for insuficiente para financiar a necessidade de capital o saldo de tesouraria será negativo. Neste caso, o passivo errático será maior do que ativo errático, indicando que a empresa financia parte da necessidade de capital de giro e/ou ativo permanente com fundos de curto de prazo, aumentando, portanto seu risco de insolvência. Se o saldo de tesouraria for positivo, a empresa disporá de fundos de curto de prazo que poderão, por exemplo, ser aplicados em títulos de liquidez imediata (open Market) aumentando assim a sua margem de segurança financeira. É importante observar que um saldo de tesouraria positivo e elevado não significa necessariamente uma condição desejável para as empresas; pelo contrário, pode significar que a empresa esteja aproveitando as oportunidades de investimentos propiciados por sua estrutura financeira, caso em que o saldo de tesouraria engorda por falta de uma estratégia dinâmica de investimentos. A necessidade de capital de giro é maior que o capital de giro e por isso, o saldo de tesouraria é negativo. A empresa financia parte de sua necessidade de capital de giro crédito a curto prazo. (FLEURIET, 1978, p. 21)

As tomadas de decisões e as políticas de financiamentos das operações são determinadas pelo saldo de tesouraria.

3. METODOLOGIA DO ESTUDO

A metodologia utilizada é pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva para um levantamento do arcabouço teórico acerca do assunto estudado e análise documental dos Balanço e DR. Optou-se por trabalhar com relatórios do período de 2006 a 2009 por serem dados mais recentes e disponíveis.

4. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR DA EMPRESA

É uma empresa Ltda, que tem como segmento principal varejo, distribuição e Serviços de Telefonia. Fundada em 2001. A empresa tem como sua matriz em Natal/RN e suas filiais em Recife/PE e Campo Grande/MS. A empresa tem buscado proporcionar tanto aos sócios diretores, bem como aos seus funcionários, satisfação em virtude da sua filosofia de trabalho, como também o reconhecimento e as oportunidades oferecidas a toda equipe funcional.

5. RESULTADO DA PESQUISA

Sem um controle eficaz dentro de uma organização, a avaliação da atividade se torna difícil, não possuindo informações sobre a rentabilidade e sobre o grau de liquidez da empresa. Estes controles são elaborados a partir de relatórios internos que subsidiam os administradores financeiros na tomada de decisões. É através deles que são identificados os pontos fortes e fracos existentes na empresa, bem como as decisões que envolvem investimentos e financiamentos no curto e longo prazo.

Com os dados coletados, foram realizadas as análises econômico-financeiras da empresa e que os gráficos abaixo sintetizam de forma elementar a real estrutura financeira da empresa estudada, como também estão sendo administrados os recursos captados.

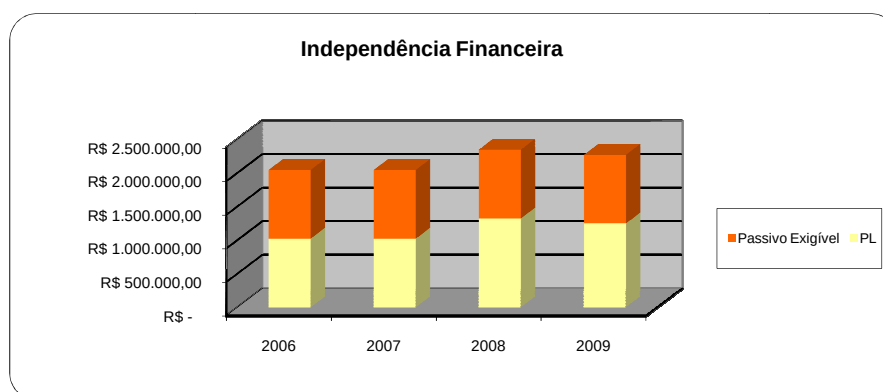


Gráfico 1: Independência Financeira
Fonte: Dados da pesquisa do autor

Observa-se que durante os quatro anos de análise a empresa apresenta um grau de endividamento alto mostrando que esta empresa é dependente do capital de terceiros. Esta característica é normalmente encontrada em empresas de porte maior. Por outro lado, a presença da dívida é indicativo da possibilidade de fazer alavancagem financeira, o que será verificado com os índices de rentabilidade.

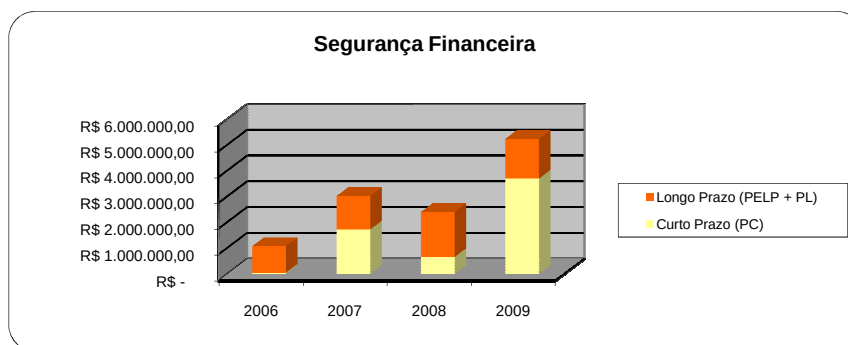


Gráfico 2: Segurança Financeira
Fonte: Dados da pesquisa do autor

Observa-se a predominância de financiamento de curto prazo no anos 2007 e 2009, já nos outros anos analisados é maior o financiamento de longo prazo. A variação mostrada pode caracterizar uma falta de política quanto aos prazos dos financiamentos, pois naturalmente esta política deveria ser coerente a cada ano. Essa característica torna a empresa arriscada em relação à política de capital de giro. Os financiamentos e recursos de longo prazo deixariam a empresa com um ciclo de caixa mais equilibrado e confortável nas tomadas de decisões.

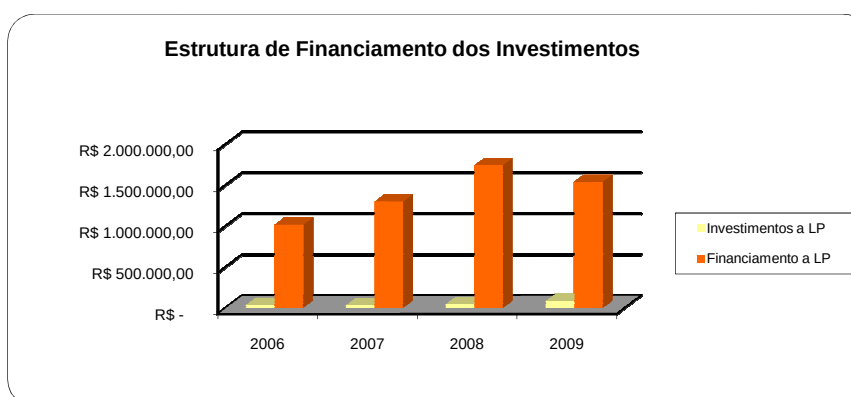


Gráfico 3: Estrutura de Financiamento dos Investimentos
Fonte: Dados da pesquisa do autor

A empresa apresenta um elevado índice de financiamento a longo prazo comparado com os investimentos em permanente. Deve ser analisada, portanto, a possibilidade de reduzir este financiamento, principalmente se for oneroso (pagamento de juros).

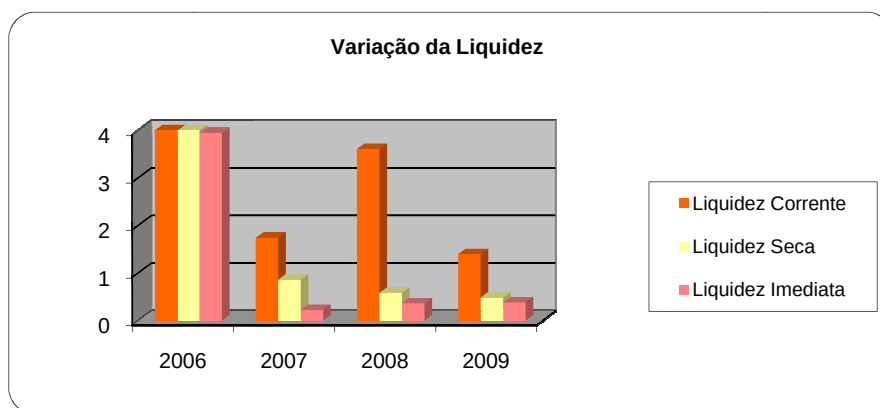


Gráfico 4: Variação da Liquidez
Fonte: Dados da pesquisa do autor

Observando as médias resultantes dos quatro anos de análise, os índices de Liquidez apresentados pela empresa podem ser considerados satisfatórios para cumprir suas obrigações a curtos e longo prazo, sem necessidade de uso imediato do seu estoque.

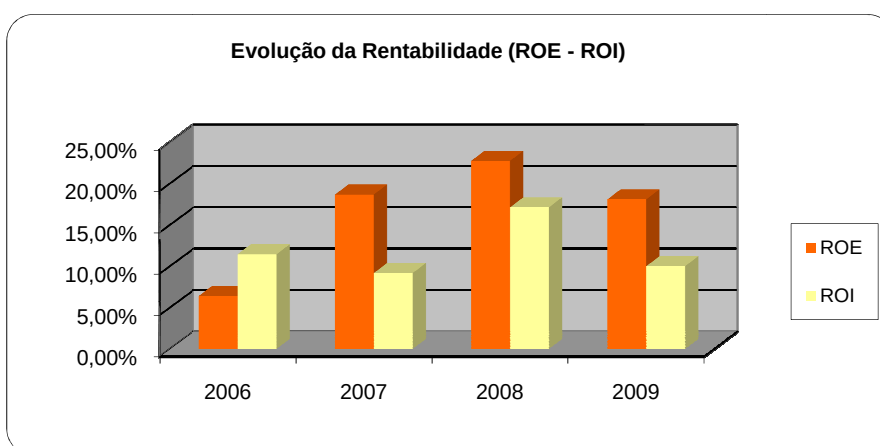


Gráfico 5: Evolução da Rentabilidade (ROE – ROI)
Fonte: Dados da pesquisa do autor

A rentabilidade sobre o investimento da empresa é baixa, no entanto, o fato a destacar é a capacidade de alavancagem mostrada em 3 anos. Isso, denota a qualidade da dívida, ou seja, os financiamentos estão aumentando a rentabilidade para os proprietários.

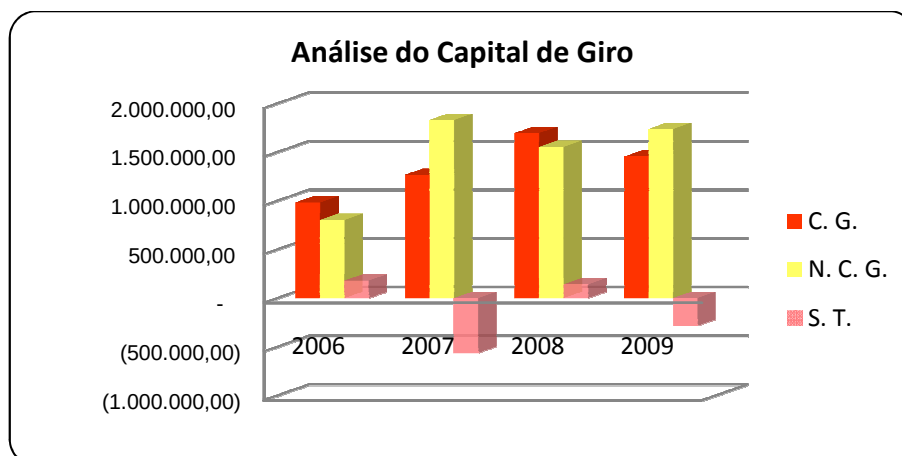


Gráfico 6: Análise do Capital de Giro
Fonte: Dados da pesquisa do autor

A análise dos quatro anos demonstra que a empresa não está administrando de forma positiva o seu ciclo de caixa, mesmo a empresa ter demonstrado de acordo com os demais índices uma boa capacidade de pagamento. Os saldos negativos de tesouraria refletem bem a dificuldade que a empresa está enfrentando para saldar suas dívidas a curto prazo.

6. CONCLUSÃO

As Demonstrações Financeiras são os instrumentos mais importantes para análise de balanço, então estas demonstrações devem ser consistentes e seguirem uma uniformidade, para quando de sua análise os índices espelhem uma situação próxima da realidade.

Duas demonstrações financeiras são mais utilizadas para análise, são elas (Balanço Patrimonial e DRE), onde podemos analisar a situação da estrutura de capitais, da liquidez, da rentabilidade, do capital de giro, da necessidade de capital de giro e do saldo de tesouraria.

No caso prático analisado, a estrutura financeira apresentou um grau de endividamento instável, trabalhando assim, mais com o capital de terceiro.

Na liquidez verificou-se que a situação é suficiente para honrar suas obrigações.

Com relação à rentabilidade podemos verificar que a empresa possui uma rentabilidade boa, mas não podemos afirmar se é a ideal ou não. Só poderíamos afirmar se tivéssemos uma média do setor.

A análise realizada nos períodos de quatro anos 2006 a 2009 das variáveis capital de giro, necessidade de capital de giro e saldo de tesouraria requer um controle e uma gestão mais profunda para que a empresa não trabalhe tão sufocada, mesmo a empresa ter obtido lucro em todos os exercícios analisados é preciso que a mesma mude seus conceitos em relação aos recursos de curto prazo e priorize os recursos de longo prazo. Havendo uma alocação de recursos a longo prazo, a empresa terá uma maior facilidade nas suas operações diárias, pois, aumentará seu grau de insolvência.

Nesta pesquisa percebeu-se que a administração financeira, o planejamento e a uma boa política de capital de giro podem trazer para a empresa bons resultados, ajudando de forma positiva o administrador financeiro nas tomadas de decisões necessárias, pois todas essas variáveis interferem no caixa da empresa.

Referências

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 8. ed. São Paulo : Atlas, 2006.

ASSAF NETO, Alexandre. **Administração de Capital de Giro**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1997.

BROM, Luiz Guilherme . **Análise de Investimentos Capital de Giro**: Conceitos e aplicações. São Paulo: Saraiva, 2007.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios da administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Person Addison Wesley, 2004.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios da administração financeira** – essencial: trad. Jorge Ritter. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

LEMES JUNIOR, Antonio Barbosa. **Administração financeira**: princípios, fundamentos e práticas trabalhistas. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MICHEL FLEURIET. **A Dinâmica Financeira das empresas Brasileiras**: Edições Fundação Dom Cabral. Belo Horizonte, 1978.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**: abordagem básica e gerencial. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

KASSAI, José Roberto. **Retorno de Investimento**: Abordagem matemática e contábil do lucro empresarial. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SILVA, José Pereira da. **Análise Financeira das Empresas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1995.

VIEIRA, Marcos Villela. **Administração estratégica do capital de Giro**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.